

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA
DE 15 DE MARÇO DE 2019

N.º 3/2019/AM

DATA: Décimo quinto dia do mês de março, do ano de dois mil e dezanove.-----

HORA: Vinte e uma horas e oito minutos.-----

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

O PRESIDENTE: Manuel Miguel Pinheiro Paiva (CDS/PP); -----

1º SECRETÁRIO: Nuno Miguel Pinheiro da Costa (CDS/PP);-----

2º SECRETÁRIO: Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Henrique da Silva Dias (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Filomena Maria Soares de Almeida Moreira (CDS/PP); -----

- Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Albano de Oliveira Braga (Independente);-----

- Deputada Municipal, Rita Alexandra Alves Casal (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Hugo Martins Rodrigues de Sousa (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José Augusto Tavares Ferreira (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Sara Campos Bastos (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Diogo Filipe Tavares de Bastos (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Ricardo Jorge da Costa Oliveira (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida (PSD);-----

2019.03.15

- Deputado Municipal, António Santos Sousa (PSD);-----
- Deputado Municipal, João Pedro Henriques da Silva, em suplência de Adriana Helena Silva Rodrigues (PSD);-----
- Deputado Municipal, Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz (PSD);-----
- Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida (PS);-----
- Deputada Municipal, Ana Maria da Silva (PS);-----
- Arménio Tavares Lige, Presidente da Junta de Freguesia de Arões (CDS/PP);---
- Nelson Fernandes de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos (CDS/PP);-----
- Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, (CDS/PP);-----
- João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra (PS);-----
- António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge (CDS/PP);-----
- Sérgio Miguel Santos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões (CDS/PP);-----
- Cristina Maria Maria Vasconcelos Quintas, em representação do Sr. Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (CDS/PP) | Comunicação com registo de entrada n.º 68, de 15 de março de 2019.-----

Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, esteve presente em representação da Câmara Municipal, o seu Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Estiveram também presentes os vereadores em regime de permanência António Alberto Almeida de Matos Gomes, Daniela Sofia Paiva da Silva e José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho, e ainda os vereadores em regime de não permanência José Pedro Vieira de Almeida e Nelson da Silva Martins. -----

2019.03.15

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, declarou aberta a sessão, dando as boas vindas a todos os presentes e, em especial, ao orador convidado senhor Eng.º José Morais que, prontamente, aceitou o seu convite.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1. Transferência de competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais – Informação e debate: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, deu início ao ponto, começando por apresentar o orador convidado - senhor Eng.º José Morais, dando conta do seu curriculum vitae, em forma resumida, concedendo-lhe, de imediato, a palavra.-----

No uso da palavra, o orador convidado, senhor Eng.º José Morais, explanou a temática, com recurso a uma apresentação em *power point* e documentação escrita, que se distribuiu por todos os presentes, documentação que fica apensa à ata da sessão, para os devidos efeitos. Apresentou uma proposta de critério de análise e decisão, com quatro fundamentos para aceitar ou rejeitar a descentralização de competências. De seguida, versou a sua intervenção sobre a Lei 50/2018 e cada um dos Decretos-Lei publicados, as respetivas competências a transferir, os mecanismos e recursos a afetar para o exercício daquelas.-----

De seguida, interveio o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, explicando que, embora defenda a descentralização, pela maior proximidade com os cidadãos, ainda há falta de informação sobre o assunto, designadamente no que ao pacote financeiro diz respeito. Abordou nesta sua intervenção cada uma das áreas previstas nos Decretos publicados e qual a sua posição sobre as mesmas. Fez referência a que

2019.03.15

no caso do único pacote financeiro apresentado à Autarquia, o montante em questão era de todo insuficiente para se assumirem as competências. -----

No uso da palavra o Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, expressou o seu agradecimento ao orador, Eng.º José Morais, pela forma como apresentou o assunto, de uma forma bem ordenada e bem estruturada, convidando à reflexão. -----

Abordando o assunto de forma global e macro, referiu que este quadro legal tem vantagens e desvantagens, para os cidadãos e para o País. Entre as vantagens encontram-se o valor acrescentado para o munícipe (pela proximidade e melhor conhecimento da realidade local) e a capacidade que as Autarquias terão para poder competir e criar maior atratividade para fixar população no seu próprio território. Por outro lado, o principal “efeito colateral”, usando a terminologia do orador convidado, será, em seu entender, a menor dimensão dos órgãos locais (as Juntas de Freguesia e as Câmaras) em relação à atual situação global da Administração Central, pois trabalhando-se com escalas mais pequenas, vai verificar-se a conseqüente desvantagem económica e financeira resultante de menor diluição de encargos.-----

Novamente no uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara Municipal, atento ao pequeno quadro de pessoal da Autarquia de Vale de Cambra, alertou para a necessidade de um estudo profundo de reestruturação de toda a organização dos serviços municipais, por forma a permitir aceitar estas novas competências de forma tranquila e profissional.-----

O Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida proferiu a seguinte intervenção, que se transcreve, de acordo com o seu pedido e documento entregue: “A troco de uma frase do meu colega e amigo, José Soares, prevenindo meios e receios, recomendam-se as soluções mais

2019.03.15

adequadas às necessidades, conforme diz o Eng.º José Morais, que saúdo de uma forma muito especial. Muita informação e debate. Muita reflexão. A avaliação dos custos não incluídos nestas situações e a avaliação dos efeitos colaterais. A nossa proposta, desde a primeira sessão desta Assembleia tem sido no sentido da Autarquia promover parcerias de boa vontade em benefício do Concelho onde todas as forças eleitas, nomeadamente os independentes, possam dar os seus contributos. À medida que vamos assimilando esta matéria percebemos que todos somos poucos para que a tomada de posição da Autarquia possa ser bem sustentada e sucedida. O Sr. Eng.º José Morais e com a clara e objetiva apresentação de conteúdos referentes à descentralização, precisamos de formatar as ferramentas necessárias para as soluções mais adequadas, prevenindo os efeitos colaterais resultantes de uma imatura gestão deste processo.”-----

No uso da palavra o Deputado Municipal Albino Luís Soares de Almeida, agradeceu também a intervenção do Sr. Eng.º José Morais, tendo acrescentado que, pela primeira vez, sentiu-se mais esclarecido sobre a matéria em apreço. Que esta matéria se anda a discutir há um ano e que, pouco se evoluiu, não existindo ainda um plano de ação, continuando a “empurrar-se o assunto com a barriga”. Pelo que, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal uma análise mais estrita, direta e um Plano Estruturado, para poder pessoalmente analisar e ajudar.-----

Interveio de seguida, o Deputado Municipal independente Albano Oliveira Braga, referindo o que se transcreve a seu pedido: “Eu quando recebi a convocatória para esta sessão, na passada segunda feira, pensei que era uma sessão extraordinária, como é, mas não neste modelo, que fosse para discutir um assunto de emergência, para tomar, o concelho, tomar decisões da Assembleia

2019.03.15

Municipal. E, só ontem, só hoje é que percebi que era este modelo, com uma intervenção do Sr. Eng.º José Morais e seguido de um debate. -----

De qualquer modo, posto isto, quero cumprimentá-lo porque achamos que devemos debater isto, e como diz o colega Albino Almeida, andamos aqui há um ano e estamos na mesma situação, alguém anda a empurrar com os papéis para a frente com a barriga. Mas em termos de esclarecimentos estamos da mesma maneira como há um ano. Quero cumprimentar o orador pela explanação que fez e desde logo quero fazer de imediato uma pergunta, quero que me responda, se quiser responder, no caso de Coimbra a decisão foi fundamentada técnica, ou houve uma decisão ideológica. [O Sr. Eng.º José Morais respondeu que foi uma decisão ideológica]. Política, pois! Essas situações não me interessa discutir porque a mim interessa-me e só decisões técnicas, não me interessam decisões políticas. Estão a ver pela resposta do eng Morais, há câmaras que vão fazer política com isto, querem fazer política, eu sou contra isso, enquanto munícipe pagador de impostos e enquanto Deputado Municipal, interessa-me que a minha terra tome decisões, a Assembleia Municipal tome decisões, ajude o executivo a tomar decisões que sejam as convenientes para os Valecambrenses e não as mais convenientes para os políticos., sejam eles do PSD, do CDS, do BE, dos Verdes, PCP, ou do PS. Já agora, pergunto, nessa transferência que houver, se também vão ser transferidos alguns deputados de Lisboa para as Autarquias ou não. Transferir é má ideia no meu ponto de vista, mas depois podem mandá-los para cá. -----

O Sr. Presidente da Câmara fez uma intervenção, falou rapidamente de todos os pontos, e eu quero que o nosso concelho tenha um diagnóstico em cada áreas de atuação que aqui foram elencadas, um diagnóstico, estudos a efetuar para uma fundamentação técnica do sim ou do não. Interessa-me só e só isso. Não me interessa que se faça política. -----

2019.03.15

Se houver aumento de recursos humanos nas autarquias, que é óbvio que vai haver, tem de haver a correspondente transferência financeira, e já agora pergunto, se no final deste processo, em todo o país, se as autarquias do país tiverem de aumentar os seus recursos humanos vou lançar um número, 50mil pessoas entre técnicos, decisores, operacionais e administrativos, se a máquina do estado central vai diminuir 50mil pessoas, era interessante saber. Se calhar vão-se criar 50mil postos de trabalho e a máquina do estado vai ficar fechada das mesmas pessoas, se eles faziam alguma coisa agora vão deixar de fazer, vão fazer nada. Isso não interessa, o estado transfere as competências, se vai gerar impactos económicos, na área dos recursos humanos, ao nível dos Deputados dos Ministros, Secretários de Estado, Diretores gerais, devia diminuir na correspondência.-----

O Sr. Presidente falou da questão do canil e gatil que não existe, a esmagadora maioria das Câmaras deste País tem em mãos um problema grave. Aqui vai ter de haver um investimento grande em termos de instalações e em termos humanos, por causa da incompetência das Câmaras Municipais que nunca viram esta matéria, nunca tiveram políticas ativas na causa animal. Agora não podem abater os animais e têm de gerir a situação, Mas se as autarquias, neste caso, tivessem políticas ativas na causa animal, elas não estariam na situação em que estava. E, depois quando aparece uma ou outra associação a trabalhar é hostilizada, como é o caso de Vale de Cambra, estou a falar no caso de Vale de Cambra.-----

E, para acabar interessa-me, de facto, que se analise, o executivo tem de fazer isso. Se não tiver os meios técnicos dentro, que pague uma contratação de serviço que vale a pena, neste caso vale a pena, para fazer um diagnóstico em cada área, que é o que nos interessa. Há aqui situações como o Orador convidado falou que não temos, o caso da habitação social e outras situação, não

2019.03.15

interessa, não se aplica, mas o que nos interessa temos de ter uma radiografia exata do concelho e depois ver, ter um estudo e dos impactos, o executivo tem de reunir e trazer uma proposta à Assembleia Municipal. Que haja um debate prévio, antes dessas Assembleia Municipal para decidir, para nos fundamentarmos, não é um dia ou dois que nos prepararmos, para depois tomarmos uma decisão, daquilo que interessa realmente para o Concelho, e o que for melhor para o concelho, independente das opções políticas de cada um deve tomar as decisões técnicas em consciência e não decisões ideológicas.”-----

Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos, Nelson Fernandes de Almeida, agradecendo a apresentação bem fundamentada e bem explícita do orador convidado. Na sequência das anteriores intervenções que solicitaram estudos ao Executivo, perguntou se a legislação já está completa. Sendo a resposta não, havendo ainda falta de informação, perguntou se não estariam a “colocar o carro à frente dos bois”, no caso de ter de recorrer a estudos externos pagos. Perguntou, se não se deveria esperar a publicação de toda a legislação para então fazer/contratar os estudos.-----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara referiu que não se anda a discutir o assunto há um ano, pois que os primeiros diplomas legais foram publicados em novembro de 2018, e quatro deles já no ano de 2019. Pelo que tem havido pouco tempo e falta de elementos, para análise. Reforçou que continuam a faltar os dados financeiros, o que é preocupante, bem como um quadro de pessoal adequado. Estando consciente da inevitabilidade deste assunto, recomenda prudência.-----

Novamente no uso na palavra o Sr. Eng.º José Morais sublinhou que, embora a legislação seja a mesma, a realidade de cada Município é diferente, portanto, cada um terá de fazer a sua análise do que está publicado face à sua própria

2019.03.15

realidade para, fundamentadamente, tomar uma decisão. Decisão que pode ser tomada até 30 de junho do corrente, no que se refere à assunção das competências para o ano de 2020. -----

No uso da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, interveio sobre o assunto, deixando alguns considerandos para reflexão, convidando, ao mesmo tempo, ao Sr. Eng.º José Morais a tecer os comentários que entender sobre esta sua intervenção:-----

- O legislador que assume a obrigação de dotar as transferências para os Municípios dos meios patrimoniais e financeiros necessários para o seu exercício que não cumpriu, nesse particular, a Lei das Finanças Locais. Assim, a segurança que o Município pode ter nesta matéria pode não ser a mais confiável.-----

- Quando se fala no valor acrescentado para o Município, pensa-se na melhor qualidade de serviço e maior racionalidade económica. A acrescida eficiência de gestão das autarquias relativamente ao poder central apenas está comprovada nos sectores até agora cometidos às Câmaras Municipais, com base numa estrutura, conceito e modelo de gestão que, porventura, agora tem de ser alterado e ajustado a uma realidade diversa – o que pode comprometer essa eficácia.-----

- Este processo de descentralização não pode colocar em causa a universalidade do serviço público em áreas como as da educação, saúde, cultura ou segurança social, passando os cidadãos a ser tratados de forma desigual nos diversos municípios nacionais?-----

Após confessar a sua dificuldade em distinguir os conceitos de desconcentração, descentralização e regionalização, acrescentou que, a Constituição da República Portuguesa prevê a existência de um poder regional, entre o poder central e o poder local, onde caberia boa parte das competências agora objeto de

2019.03.15

descentralização. Não estará, com isto, a fechar-se as portas à regionalização? -
perguntou.-----

No uso da palavra o Sr. Eng.º José Morais referiu a importância do cliente/Município reconhecer que as medidas tomadas pelo Município estejam a acrescentar valor, o que implica uma boa comunicação por parte da Autarquia. Este processo de descentralização é um primeiro passo para a regionalização. A questão colocada pelo Sr. Presidente da Assembleia é importante, porque se este primeiro passo não for bem dado, vai afetar a imagem da regionalização. Portanto, uma abordagem bem feita por parte dos Municípios contribuirá para que a regionalização seja um processo mais aceitável e compreensível. Se as experiências não resultarem em valor acrescentado para o cidadão, para a autarquia e para o território estarão a dar um mau exemplo.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal agradeceu, mais uma vez, o contributo do Sr. Eng.º José Morais e a clareza com que o fez.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE HARMONIA COM O NÚMERO 1 DO ARTIGO 49.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO: Usou da palavra o Cidadão, previamente inscrito, José Pedro Vieira de Almeida, elogiou a abertura do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, com quem tem vindo a debater variados assuntos, posição que enaltece porquanto é vereador da oposição na Câmara Municipal. Sugeriu que, à semelhança desta sessão, outras se realizem nos mesmos moldes para debater outros assuntos de interesse municipal, como o PDM e a revolução dos transportes na Área Metropolitana, conforme sua intervenção na última sessão.----

Agradeceu, também, ao Sr. Eng.º José Morais, personalidade com uma longa experiência e grande capacidade de análise, a apresentação simples e esclarecedora que fez, e esta sua amabilidade para com os Valecambrenses.-----

2019.03.15

Dirigindo-se concretamente ao orador convidado, considerando o conhecimento que já tem da nossa Autarquia e do Município, face às competências que poderão vir a ser transferidas, perguntou-lhe:-----

- ainda que, sem o necessário estudo profundo e detalhado, quais as áreas que sugere para aceitação, para uma primeira experiência;-----

- quanto aos efeitos colaterais, falou-se muito dos recursos humanos, mas, para além do aumento dos recursos humanos, deve pensar-se bem na organização ou reorganização dos serviços da autarquia, mas que tal deve ser feito após se saber quais as competências a aceitar. Assim, perguntou ao orador a sua opinião quanto à forma e o momento para o fazer;-----

- mesmo que a aceitação seja de forma faseada, chegará a altura em que terão de aceitar globalmente as competências, pelo que, perguntou se não deve ser ponderado, desde já, como a Câmara Municipal terá de se adaptar a essa realidade, num curto espaço de tempo.-----

Por fim, fez um pedido direto ao Sr. Presidente da Câmara, pois que estas questões não devem ser partidárias, que partilhe a informação que dispõe com todos os vereadores para que, com o máximo de informação, possam dar o seu contributo. Até ao momento, não tem informação se não aquela que pessoalmente procurou, ou que alguém lhe fez chegar.-----

O Sr. Eng.º José Morais referiu que, da discussão tida e das notas que foi tirando, resulta claro que há quatro áreas onde lhe parece haver facilidade em assumir a transferência de competências, a saber a sanidade animal e segurança alimentar, as praias, as estradas, o atendimento e a cultura. Por outro lado, as duas áreas em que é necessário cautela são a saúde e a educação. Ainda não há legislação na área social, mas é expectável o impacto e o interesse, pelo que

